

DOSSIÊ TEMÁTICO – Educação e Saúde: conversando com saberes interdisciplinares e tecnologias

Cristina Miyuki Hashizume

Zaira de Andrade Lopes

À GUIA DE PREFÁCIO:

Para iniciar a conversa sobre os saberes interdisciplinares e tecnológicos

Ao findar do ano de 2019, o mundo todo se deparou com um surpreendente fenômeno, que impactou as vidas diárias e o cotidiano de bilhões de pessoas em todos os continentes e seus países, a pandemia COVID-19. À medida que a pandemia Covid-19 se intensificava, seus efeitos colocavam em colapso várias estruturas que regulam o funcionamento social, especialmente, a economia e os serviços de saúde. Mas também dadas as proporções e propagação de rápida contaminação em meio às multidões, as relações sociais e afetos também foram impactadas.

Diciembre de 2019 terminó con la identificación y desarrollo de una epidemia de neumonía atípica debida a un patógeno causal desconocido en Wuhan, China. A inicios de 2020, en la primera semana, el 7 de enero, en muestras de lavado bronquial de un paciente en estado crítico se aisló el agente causal. Cinco días después, el 12 de enero, las autoridades sanitarias de China dieron a conocer la secuencia genómica completa de una nueva cepa de la familia de Coronaviridae: SARS-CoV-2, entre cuyas características relevantes destacaban la tasa alta de mortalidad, como consecuencia del desarrollo de insuficiencia respiratoria aguda, y el fácil contagio. (TREVIÑO-BECERRA, ESPINOSA-LARRAÑAGA, CRUZ, RODRÍGUEZ-PÉREZ 2020, p 261)

Na ausência de conhecimentos mais específicos sobre o movimento do SARS COV-2 e a doença por ele provocada, o distanciamento físico e a proibição de aglomerações foram as primeiras e principais medidas de

biossegurança a serem tomadas para controle da pandemia. Assim, como resposta à contenção da disseminação da infecção, os governos de várias nações, os estados e municípios entram em debates sobre a instituição de medidas de prevenção e proteção coletiva por meio de “quarentena” e bloqueio domiciliar. Naturalmente, a mobilidade passa a ser restrita e colocada sob vigilância e as pessoas ficam “presas em casa” orientadas pelo slogan “fica em casa”, que para a ser veiculado nos diversos idiomas e tomam conta da mídia, sob orientação da Organização Mundial de Saúde, a OMS.

A crise de saúde pública gerada pela Covid-19, que envolveu bilhões de pessoas, afetou tanto ricos quanto os pobres, mas tais aspectos explicitaram desigualdades já existentes. As consequências e impactos, tanto da doença quanto das medidas necessárias para a contenção, afetam sempre de modo catastróficos aqueles grupos sociais mais que já se constituem em situações de maior vulnerabilidade, ou seja, as pessoas de condição socioeconômica fragilizada, as pessoas que se encontram na condição de pobreza.

Ainda que a pobreza seja algo extremamente complexo de conceituar, por ser multifacetado e multidimensional e por muitas abordagens percebida sob a perspectiva de cunho macroeconômico, compreende-se esse fenômeno enquanto processo relacional e em direta sintonia com a desigualdade na distribuição de renda resultante da produção da riqueza e dos bens de uma nação. Ou seja, sob o ponto de vista populacional e de indicadores sociais, tem-se que a pobreza pode ser identificada por meio do cálculo da renda per capita de parte da população.

No entanto, é preciso também, ao considerar a multidimensionalidade do fenômeno pobreza, assinala-se, conforme S. Paugam (2003, 2006), que é percebida como problema individual ligado ao liberalismo econômico tomando como mediação da pobreza a base de rendimento, análises econômicas e critérios macroeconômicos associados ao crescimento. Assim, é um termo usado para definir a ausência ou privação de recursos, e como forma de exclusão dos padrões de vida aceitáveis por relação a uma dada sociedade.

Entende-se que esta designação é essencialmente política. Paugam (2003, 2006), ressalta que o fenômeno situa-se no marco das sociedades industriais ou tradicionais os aspectos para o campo de intervenção, quer de permanência da contemporaneidade do problema, quer da complexidade de exigir uma melhor compreensão e ousadia de propostas de enfrentamento.

E para refletir sobre a proposição deste dossiê destaca-se a compreensão da Comissão sobre Direitos Sociais, Econômicos e Culturais, das Nações Unidas (2001) sobre a pobreza, na qual está definida como uma condição humana caracterizada por privação sustentada ou crônica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais

Nesse contexto e como a ideia original deste Dossiê foi buscar estabelecer as articulações dos contextos sociais e a centralidade dos direitos humanos na educação e processos de aprendizagem e ensinagem, conforme denominado por Anastasiou e Alves (2004).

A rápida disseminação e avanço do coronavírus forçou respostas imediatas em todas as áreas do conhecimento, incluindo a disseminação do saber científico para melhor abordar a pandemia. Assim, em que pesem todas as dificuldades de todo o período de pandemia, o que impactou nos textos publicados neste número, houve uma variedade de temas caros à Psicologia e à educação, no que se refere ao cuidado com as pessoas. Questões candentes relativas aos direitos, à saúde, à formação foram abordados de forma crítica e contextualizada, ilustrando as possibilidades de produção qualificada mesmo em tempos sombrios como os que estamos vivendo.

O dossiê “Educação e Saúde: conversando com saberes interdisciplinares” apresenta estudos e investigações que pretendam, a partir da problematização do contexto das mudanças políticas no país, discutir os desdobramentos na educação e na saúde, tomando como eixo os Direitos

Humanos e as desigualdades sociais, as intersecções entre classe, gênero e raça considerando a abordagem inter/ transdisciplinar e das tecnologias.

Outro ponto que orientou a proposta de realização deste dossiê foi de ser um suporte para possibilitar pensar alguns elementos que orientasse a prática docente em sua multiplicidade de conexões com a realidade social e a implementação de políticas de educação sem perder de vista a rede que se estabelece com a saúde e, sem dúvida, com as políticas sociais. Assim, os conceitos de intersetorialidade e interseccionalidade devem constituir marcas da ação educativa nas instituições de ensino e da prática docente que buscam a defesa e a efetivação dos direitos humanos na sua materialidade, para além de uma perspectiva abstrata descolada do mundo social.

Para Veiga e Bronzo (2012), a política pública social têm como objetivo superar as condições de pobreza e promover a atenção aos grupos em situação de vulnerabilidade, assim elas devem incorporar a intersetorialidade como diretriz ou estratégia para a ação governamental, em nível federal, seguindo o que já ocorria em iniciativas de entes subnacionais. A intersetorialidade implica em constituir mecanismos de coordenação orientados para a integração de ações realizadas por diferentes pastas governamentais e em diferentes níveis federativos, desde a normatização, operacionalização e execução das políticas públicas. Desse modo é possível definir intersetorialidade como a integração de ações, para as quais já havia órgãos responsáveis pelo todo ou parte da política, mas que a ação em conjunto se torna necessária para a efetivação de resultados.

Para Marcondes, Sandim e Diniz (2018), a intersetorialidade é o modo de articulação entre atores e componentes de políticas públicas, isto é, os setores e órgãos governamentais, entes federativos, organizações públicas e privadas, áreas, programas e projetos, saberes e experiências, assim deve ser a característica ou princípio inerente a temas, campos e políticas. Para os autores citados, é uma forma inovadora de concepção da realidade, de formulação de problemas públicos e de gestão governamental.

Assim a intersectorialidade, conforme apontado por Marcondes. Sandim e Diniz (2018), promove superação da fragmentação e verticalização governamental, desse modo produz aumento da efetividade na solução de problemas complexos, transversais ou territorializados, que leva ao atendimento integral ao(à) cidadão(ã), considerando as demandas em sua totalidade e diminuição das desigualdades, garantia de direitos fundamentais e alcance de desenvolvimento social.

Outra categoria de análise e de significativa relevância no âmbito das ações na educação é a que trata da interseccionalidade. Essa categoria teórica se refere à maneira pela qual o racismo, as relações patriarcais, a opressão de classe e outros eixos possíveis de poder e discriminação criam desigualdades que afeta o modo como os espaços e posições na sociedade se constituem em lugares de privilégios de alguns grupos sociais, em detrimentos de grupos de minorias ativas¹ (MOSCOVICI, 2011) gerados especialmente por organizações hierarquizadas nas relações de poder. Evidentemente, tais condições produz cerceamento e obstáculos para acessos aos direitos humanos e fundamentais ao pleno desenvolvimento da cidadania.

Para trazer a discussão da interseccionalidade, vale a pena assinalar quem são as minorias ativas que estão no contraponto das relações hierarquizadas do poder. Moscovici(2011) propõe como pensar o movimento contra hegemônico que surge na sociedade, assim [...] as minorias são dispositivos simbólicos com objetivos ético-políticos contra hegemônicos. São, portanto, grupos marginais ante a ordem jurídico-social instituída (HERNANDEZ, ACCORSSI, GUARESCHI, 2013).

E quanto ao poder das minorias, as autoras e autor destacam que

O poder das minorias está, de um lado, na definição de uma luta, na construção de um espaço de participação,

¹Serge Moscovici, a partir da discussão sobre a influência de um grupo sobre o outro propõe a Teoria das Minorias Ativa - TMA, nesse sentido, ele aponta que a minoria ativa tem como objetivo criar conflito com o poder e fazer proselitismo junto à população, em outras palavras, influenciar a maioria. (MOSCOVICI, S. *Psicologia das Minorias Ativas*. Petrópolis, RJ: Ed Vozes, 2011.)

representação e negociação; de outro, em sua capacidade de influência social, um processo contínuo que depende de estilos de comportamentos consistentes, ou seja, ações que dialoguem socialmente e manifestem conflitos percebidos. (HERNANDEZ, ACCORSSI, GUARESCHI, 2013, p. 385).

Por fim, as autoras e autor citado, para concluírem apresentam a definição de minorias ativas, conforme preconizado por Moscovici (2011) apresentam em sua Teoria das Minorias ativas (TMA), ou também denominada Teoria da Inovação Social -TIS

As minorias são grupos sociais excluídos, divergentes e, portanto, possuidores de um status social marginal ou inferior já que não ocupam o lugar das elites. A luta entre majorias e minorias é simbólica, cognitiva e comunicativa, é uma luta cultural, uma "*kulturkampf*" (Moscovici, 2003), que coloca pontos de vista e posicionamentos éticos em oposição, é uma luta por instaurar coletivamente modos diferentes de pensar. (HERNANDEZ, ACCORSSI, GUARESCHI, 2013, p. 386)

Assim, ao se alicerçar na perspectiva da interseccionalidade tem-se um novo olhar para o campo das políticas sociais, e especialmente para intensificar os processos de eliminação da exclusão, discriminação e violência no contexto educacional. Sua definição encontra eco em uma ampla gama de perspectivas epistemológicas e sua gênese em diferentes abordagens do pensamento feminista estadunidense e europeu. (LIBARDI, 2019; LIBARDI e JACKS, 2020),

O conceito de interseccionalidade dá visibilidade às dimensões étnico/racial, de classe e gênero que se entrecruzam no cotidiano e constituem os processos identitários que caracterizam os sujeitos sociais. Analisar a educação e os processos educativos sob a luz da interseccionalidade possibilita visualizar as desigualdades social e econômica, decorrentes de processos culturais e normativos que legitimam violências, preconceitos e discriminações.

A origem do termo interseccionalidade remonta aos debates e produções científicas ligadas aos movimentos femininos e aos estudos de gênero, especialmente aos estudos de Angela Davis, publicado em 1981

(DAVIS. 2016), que em conjunto com as feministas Patricia Hill Collins (2019), Bell Hooks e Audre Lorde (2019) foram as primeiras a levantar a pauta das mulheres negras, das lésbicas e a inserção dos direitos civis entre outras demandas feministas, demarcando a perspectiva da interseccionalidade. A pesquisadora e psicóloga Conceição Nogueira (2017), apresentando o conceito e a origem da teoria da interseccionalidade, relata a longa história e destaca que a popularidade do termo se deu pelo trabalho da jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw, publicado em 1989. Nogueira (2017) aponta ainda que a interseccionalidade identifica a ocorrência da sobreposição de eixos de opressão sobre a pessoa. E pode-se ampliar para grupos e populações em contextos de subalternidades.

Com essas reflexões foi gestado e organizado esse dossiê. Para a educação, o dossiê apresenta, em seus artigos análises sobre a saúde contextos de aprendizagem, além das articulações entre educação e saúde, explicitando debates fundamentais para a Psicologia, Educação, Sociologia. Os artigos trazem contribuições teóricas e/ou empíricas e comparativas para o estudo das relações Estado-sociedade e a política dos direitos humanos na educação e saúde.

Para destacar a relevância de discutir os direitos humanos e seus desdobramentos na educação, ressalta-se que as relações sociais se constituem em um contexto histórico e cultural e ao modo como as pessoas, em seus relacionamentos na sociedade, acessam os direitos humanos e fundamentais está vinculado à postura como a própria sociedade respeita as diferenças. Em outros termos, é indispensável conhecer como ocorre a constituição dos processos envolventes ao campo do reconhecimento das diversidades, e de que maneira o não reconhecimento implica nas desigualdades.

A educação tem posição de destaque na sociedade nos processos de socialização e constituição da subjetividade humana. Assim como Vygotsky (1979, 1984, 1991) afirma que o desenvolvimento cognitivo do aprendente se

dá, por meio de relações sociais, do mesmo modo, Marx também dará uma interpretação para as relações de trabalho docente, inseridas no contexto maior do sistema capitalista, que nos propicia um olhar mais complexo e crítico sobre os fatores que influem nos fenômenos escolares e da saúde.

Lopes e Rezende (2020) ao estudar a saúde docente assinalam que é preciso refletir a escola como um *locus* importante na promoção do desenvolvimento humano, e principalmente no próprio avanço e transformação social.

Lopes e Rezende (2020) apontam que os fenômenos psicossociais, a cultura, as relações de poder hierarquizado, fatos e ocorrências sociais estão presentes no espaço da escola, e esta se constitui em um ambiente delimitado, não só por paredes e muros, mas também por normas, leis, diretrizes e procedimentos escolares específicos. Para as autoras, ao refletir sobre a escola, salientam que:

É lugar comum na sociedade a ideia de que a educação tem a finalidade de formar pessoas para pensar, para transformar a sociedade; que a educação não é só racionalidade, mas emoção; que a escola também educa para a emoção. Mas se a escola é parte dessa sociedade, então transformar a sociedade implica também em ver como essa escola se constitui a partir dessa sociedade, e como se dá a representação da escola na sociedade, seus sentidos e significados. Nesse processo, saber quais são as representações sociais do grupo social que compõe a escola, e que ela vai muito além de seus muros, paredes e portões. (LOPES; REZENDE, 2020, p. 285)

Lopes (2012) ao discutir a psicologia e políticas públicas nos chama atenção de que o ser humano deve ser compreendido em seus processos de transformações, pois cada pessoa deve ser percebida como ser social e de relações sociais, em permanente movimento, um constante vir a ser, em constante transformação. Assim, Lopes (2012, p. 162) ressalta que "[...] o conjunto teórico e a produção de conhecimento não devem conter conceitos e

concepções paralisadas, limitadas e estagnadas. Necessário se faz a busca de novas propostas, novas formas de captar e intervir nas ações humanas”

O Dossiê Educação e Saúde: conversando com saberes interdisciplinares e tecnologias, considerando o constante processo de transformação humana e das condições materiais e simbólicas da realidade, apresenta algumas reflexões que podem orientar e mediar docentes, discentes, gestores e gestoras da educação para novas metodologias que produzam novos fazeres e novos saberes na escola em intersecção com a saúde e o bem viver.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. G. C; ALVES, L. P. (Orgs). **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3.ed. Joinville: Ed. Univille, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento Feminista Negro: o poder da autodefinição. In HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). **Pensamento Feminista. Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro, RJ: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo :Boitempo, 2016.

HERNANDEZ, Aline Reis Calvo; ACCORSSI, Aline; GUARESCHI, Pedrinho. Psicologia das minorias ativas: por uma psicologia política dissidente. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 13, n. 27, p. 383-387, ago. 2013 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000200012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 jul. 2021.

HOOKS. Bell. **Teoria feminista**: Da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LEONTIEV, Alexis N. Uma Contribuição à Teoria do Desenvolvimento da Psique Infantil. In VIGOTSKII, LEV S.; LURIA, Alexander R.; LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. 11a edição - São Paulo: ícone, 2010.

LIBARDI, Guilherme. Panorama dos estudos sobre interseccionalidade no Brasil (2008 – 2018): notas gerais e especificidades dos objetos empíricos

comunicacionais. In **Anais XXVIII Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019.

LIBARDI, Guilherme; JACKS, Nilda. Interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica: apontamentos para a pesquisa de recepção e consumo midiático. **Signos do Consumo**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 3-13, jul./dez. 2020.

LORDE, Audre. Idade, Raça, Classe e gênero: Mulheres redefinindo a diferença. In HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro, RJ: Boitempo, 2019.

LOPES, Zaira de A. Representações sociais da violência de gênero no contexto das políticas públicas: contribuições para a Psicologia Social. CHAVES, Juliana. de C. **Psicologia Social e políticas públicas: contribuições e controvérsias**. Goiânia: PUC Goiás, 2012.

LOPES, Zaira de A.; REZENDE, Viviana C. Parizzotto, Sentidos e significados do trabalho para docentes em contextos de violência na escola. In FACCI. Marilda D. Gonçalves; URT, Sonia da Cunha (orgs). **Quando professores adoecem: demandas para a psicologia e a educação**. Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2020.

MARCONDES, Mariana M.; SANDIM, T. Lemos; DINIZ, Ana Paula R. Transversalidade e Intersectorialidade: mapeamento do debate conceitual no cenário brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, [S.l.], p. 22-33, jan. 2018. ISSN 2175-5787. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/1527>>. Acesso em: 18 fev. 2018. doi:<https://doi.org/10.21118/apgs.v10i1.1527>.

MOSCOVICI, S. **Psicologia das Minorias Ativas**. Petrópolis, RJ: Ed Vozes, 2011.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e Psicologia Feminista**. Salvador, BA: Devires, 2017.

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In SAWAIA, Bader, **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Cortez, 2003.

TREVIÑO-BECERRA, Alejandro; ESPINOSA-LARRAÑAGA, Francisco Miguel

Cruz; RODRÍGUEZ-PÉREZ, Martha Eugenia. **Gaceta Médica de México entiempos de pandemia por SARS-CoV-2.** México:Academia Nacional de Medicina de México, A.C. July-August,Volumen 156, Número 4.

VEIGA, Laura; BRONZO, Carla. Estratégias intersetoriais de gestão em contextos vulneráveis: reflexões a partir da experiência de Belo Horizonte. In: XVII **Congreso Internacional CLAD**, Cartagena das Índias. XVII Congreso Internacional CLAD Documentos. Caracas: CLAD, 2012.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L.S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento.** São Paulo, Moraes, 1991.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem.** Lisboa, Antídoto, 1979.